

O que São Paulo cobra do governo

O "endurecimento" da política econômica, anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvás, para o próximo ano, foi visto com muita preocupação pelos empresários paulistas, embora eles não se mostrassem muito supreendidos. O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo),

Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, disse que desconhecia como "isso será feito". Mas adiantou: "Cabe agora tirar as gorduras do setor público; e posso assegurar que ele tem".

Vidigal elogiou a iniciativa do governo de pensar em um plano "que demonstre austeridade e seriedade por parte do governo; na indústria não dá mais para apertar os custos, mas acho que isso ainda é possível nas empresas de administração direta e também nas estatais". O presidente da Fiesp lembrou que "ainda não saímos do processo recessivo", acrescentando que as medidas adotadas até agora (corre de investimento, de crédito, etc) "sempre vieram contra a gente (referindo-se à iniciativa privada)".

— Agora — prosseguiu Vidigal — é a vez deles (do governo) fazerem também cortes de custeio. Ou seja, o mais importante à o governo entrar no ritmo do setor privado, no último ano e meio.

Será que é tarde?

O presidente da Trol e ex-integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp, Dilson Funaro, recorreu às mudanças na política econômica ocorridas em outubro de 1980, "que levaram o País a uma perda de poder de competição, adotando os juros mais altos do mundo", para comentar a fala de Galvás. Para ele, já naquela época era preciso ter feito um "reescalonamento das prioridades nacionais".

— E o que não foi feito durante todo esse tempo — disse Dilson Funaro — estamos sendo obrigados a fazer num momento de crise. Mas é preciso ressaltar que planos feitos às vésperas de crises são planos que contém margens elevadas de erro.

Os empresários paulistas admitem medidas mais drásticas contra a crise. Se o governo também participar da contenção de gastos.

Segundo Dilson Funaro, dois caminhos poderiam ser adotados pelo Brasil para manter o crédito internacional: "O primeiro — disse ele — seria fazer o que os banqueiros indicassem e, o segundo, elaborar um plano econômico nacional sério, que pudesse inspirar confiança, credibilidade e respeito".

— Eu sempre advoguei o segundo caso — acrescentou Funaro —, mas, infelizmente, faz dois anos que estamos caminhando pela primeira hipótese e isso não corresponde aos objetivos da Nação.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose e diretor da Cia. Suzano, Boris Tabacof, concorda que a situação econômica estava exigindo medidas como as propostas pelo ministro Galvás. Mas ele também acha que para se "chegar a um equilíbrio", deve haver um canal aberto constantemente entre empresários e governo, "porque estamos no meio do ciclone".

Segundo o empresário, toda e qualquer medida a ser adotada deveria ser objeto de "um diálogo quase diário", já que a crise não está localizada apenas no Brasil, mas é um fenômeno universal. Tabacof entende que o momento não inspira largas discussões conceituais sobre os problemas econômicos, mas resoluções imediatas e até casuísticas "para que o País continue funcionando sem maiores traumas".

— Acho — disse Boris Tabacof — que temos de fazer uma espécie de conselho de mobilização para todos os setores, pois estamos no mesmo barco, empresas e governo, e qualquer falha afeta o comportamento normal do País.

Roberto Della Manna, presidente da Tubosin e integrante da diretoria da Fiesp, frisou que "tudo já levava a crer que este último trimestre de 1982 não seria fácil". Mas disse que o setor empresarial, mais especificamente o industrial, "deverá encontrar formas para que a situação não fique tão séria como parece sempre à primeira vista".